



**PRIMEIRO
MINISTRO**

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO DA
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE,
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO,
POR OCASIÃO DA CERIMÓNIA DE ABERTURA DA CONFERÊNCIA
INTERNACIONAL SOBRE A DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E O
PODER LOCAL**

**Salão de Conferências do Hotel Timor
18 de Maio de 2015**

Exmo. Senhor Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos da Administração do Estado e da Justiça e Ministro da Administração Estatal

Exmo. Senhor Vice-Ministro da Administração Estatal

Exmo. Senhor Secretário de Estado da Administração Local de Portugal

Exmo. Senhor Vice-Secretário das Infra-estruturas do Departamento de Ambiente, Terras, Água e Planeamento do Estado de Victoria

Exmos. Senhores Presidentes de Câmara, Vereadores, Directores e Assessores dos Municípios Portugueses,

Exma. Senhora Presidente da Câmara de Darwin

Exmos. Senhores oradores convidados,

Senhoras e senhores,

Ilustres convidados,

Quero, em nome do Governo, reiterar as boas vindas a todos os que se deslocaram a Timor-Leste para participar nesta IV Conferência Internacional dedicada ao tema da “Descentralização Administrativa e o Poder Local”. Aproveito a oportunidade para agradecer também o empenho, a colaboração e o apoio de todos os responsáveis nacionais e internacionais, cujo trabalho realizado nesta área tem sido fundamental.

A política do VI Governo relativamente à descentralização administrativa e ao poder local é muito clara – nós queremos reforçar a participação democrática local por parte de todos os cidadãos, queremos melhorar a distribuição da riqueza pelo país, queremos garantir serviços públicos de qualidade, eficientes e efectivos em todo o território.

É exactamente porque acreditamos que o desenvolvimento social e económico da Nação só será verdadeiramente atingido se não excluirmos ninguém do processo, e também porque acreditamos que modelos “copy e paste” não constituem receita de sucesso nos processos político-sociais e de gestão da coisa pública, que este Governo tem no centro da sua agenda política um conjunto de prioridades, de entre as quais uma reforma administrativa que tenha como alvo final, repito alvo final, uma descentralização administrativa e a construção de um modelo de poder local devidamente adaptado à nossa realidade, à nossa cultura e, acima de tudo, às nossas necessidades.

Senhoras e Senhores,
Ilustres convidados,

A descentralização administrativa começou a ser discutida logo após a restauração da nossa independência e tem recebido a atenção dos governantes desde então. Exatamente por isso, o nosso Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 prevê a descentralização administrativa como uma importante reforma do Estado, salvaguardando no entanto a necessidade de desenvolvermos em primeiro lugar as nossas “capacidades”. Falamos de capacidade institucional, de capacidade humana, de capacidade administrativa, de capacidade de gestão pública, de capacidade logística, apenas para destacar algumas das mais importantes.

De facto, e como foi bem dito pelo Senhor Secretário de Estado, um processo como o da descentralização administrativa e da criação de uma estrutura de poder local, devidamente adaptado ao nosso contexto, exige tempo, muito tempo. Este tem de ser entendido, por isso, como um objectivo a longo prazo, que vai sendo concretizado em etapas, as quais não podem ser reduzidas ou ultrapassadas, sob pena do resultado final não servir os interesses do povo timorense.

E porque estávamos conscientes da complexidade do processo, a descentralização administrativa foi organizada em 3 fases: i) a pré-desconcentração administrativa, no âmbito da qual iniciaríamos a reforma institucional, a criação e aprovação do necessário quadro legal e a preparação dos planos de desenvolvimento local, ii) a desconcentração administrativa, na qual começaríamos a aplicar a legislação aprovada e uma faseada delegação de competências e desconcentração dos serviços públicos e iii) a descentralização, onde seria possível concretizar a transferência de poderes, responsabilidades e deveres para as estruturas do poder local, cujas eleições já seriam uma realidade.

A maioria dos presentes sabe que esta breve síntese que acabo de fazer não faz justiça ao volume de trabalho e recursos que o processo exigiu e continuará a exigir. Temos, de facto, um longo caminho a percorrer, no qual vamos encontrar muitos desafios e vamos

conhecer avanços e recuos, para finalmente concluirmos com sucesso esta reforma administrativa.

Como já referi, os anteriores Governos de Timor-Leste têm imprimido liderança e dinamismo na condução política e técnica deste processo. Uma das mais importantes iniciativas foi a criação dos Conselhos Consultivos Locais em todos os municípios do país. Esta estrutura visa a participação activa das populações no desenho das estratégias de desenvolvimento locais e garantir que os agentes políticos, sociais, económicos e culturais estão comprometidos e são parte activa nas decisões que são tomadas no âmbito desta reforma. Auscultar a população e dar-lhes voz para identificar as necessidades e oportunidades no seio das suas regiões é central na nossa política.

Senhoras e Senhores,
Ilustres convidados,

A nossa Lei Fundamental entrega ao legislador a faculdade de definir a forma e a substância das questões relacionadas com a descentralização. De uma leitura conjugada dos preceitos constitucionais sobre esta matéria, retiramos a necessidade de alcançarmos uma descentralização administrativa, reforma que, como já referi, só pode ser bem-sucedida através de um processo que comece com uma DESCONCENTRAÇÃO ADMINISTRATIVA FASEADA rumo a um objectivo de longo prazo: o estabelecimento do poder local. Até lá, o poder central, por delegação de competências, vai proceder à desconcentração faseada dos serviços públicos nas estruturas municipais da administração pública. É pois nesta desconcentração administrativa faseada que o VI Governo vai centrar todas as suas atenções, incluindo na desconcentração para os municípios do processo do planeamento, orçamentação e execução de despesas já a partir de 2016.

É importante termos presente que a descentralização não é um fim em si mesmo. O objectivo final é prestar serviços aos cidadãos, garantindo ao mesmo tempo a sua participação nos assuntos da sua comunidade a fim de beneficiarem equitativamente do progresso e dos serviços que o Estado tem a responsabilidade de assegurar.

Saliento que, nesta fase de desenvolvimento do país, a nossa prioridade é aproximar os serviços básicos da população. Nós precisamos que as crianças, jovens, adultos e idosos tenham acesso a educação e a saúde de qualidade, direitos sociais que estão consagrados na nossa Constituição mas que exigem a efectivação de políticas públicas fortes e consistentes com estes objectivos. A democratização da gestão pública de acordo com as necessidades locais e regionais é também alcançada através da desconcentração dos serviços do Estado.

Senhoras e Senhores

Ilustres convidados

Não queria terminar a minha intervenção sem uma referência muito clara aos nossos parceiros internacionais nesta jornada.

Timor-Leste já assinou 29 protocolos de cooperação com diversas autarquias portuguesas e com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Estabelecemos também parcerias com o Ministério do Governo Local do Estado de Victoria e muitos dos seus municípios, assim como com o Governo do Território do Norte e com a Cidade de Darwin.

Aos senhores e senhoras presidentes e vice-presidentes dos municípios, aos seus vereadores, dirigentes e técnicos, muitos dos quais hoje aqui presentes, bem como aos representantes do Estado de Victoria e do Território do Norte, quero manifestar a nossa enorme satisfação em estarmos a trabalhar convosco. De facto, é na partilha de experiências e de lições aprendidas que vamos conseguir extrair conhecimentos fundamentais para que o processo de descentralização em Timor-Leste seja um sucesso.

Igualmente estratégicos e essenciais são os apoios materiais, as acções de capacitação, a realização de estudos técnicos e tantas outras iniciativas de que estamos a beneficiar e que contribuem para desenvolvermos as necessárias “capacidades” a que me referi anteriormente.

Correndo o risco de deixar alguém de fora, não posso deixar de mencionar ainda a Argentina, a França e a Indonésia, importantes parceiros que também fazem parte desta grande e muito diversa equipa que está a trabalhar na descentralização administrativa.

A todos reitero o nosso obrigado, e a todos apelo para que nos continuem a apoiar nesta reforma, que agora e por enquanto chamamos de DESCONCENTRAÇÃO ADMINISTRATIVA FASEADA, sempre com o mesmo objectivo de levar os serviços básicos para mais perto da população, beneficiando o nosso povo, reforçando a capacidade de gerir os assuntos que dizem respeito às suas necessidades e vida quotidianas, e inculcando uma nova dinâmica na nossa democracia e na cidadania que todos nós defendemos.

Obrigada pela vossa atenção e faço votos para que esta IV Conferência seja um grande sucesso.

Muito obrigado.

Díli, 18 de Maio de 2015

Dr. Rui Maria de Araújo